

A questão do conhecimento a partir da dicotomia processo/ produto

The question of knowledge from the dichotomy process/ product

*Félix Flores Pinheiro
Universidade Federal de Santa Maria*

Resumo

Passado mais de meio século de discussão após a publicação do artigo de Gettier, encontramos na literatura atual diversas posições sobre o problema em torno da definição de conhecimento. Enquanto por um lado abordagens negativas para com a possibilidade de definir o conhecimento proposicional mostram-se cada vez mais atraentes, dado o fracasso das propostas de solução para o problema, por outro encontramos em projetos alternativos um caminho para manter o otimismo frente aos desafios dessa tarefa. Nesse panorama, o presente artigo tem por objetivo discutir a proposta elaborada por Rodrigues no artigo “Uma Solução não Convencional para o Problema de Gettier”, ofertando uma explicação complementar à mesma a partir da analogia com a distinção entre processo e produto efetuada por Sundholm para o conceito de prova matemática.

Palavras-chave

Conhecimento; Gettier; Rodrigues; Meyer; Klein; Sundholm;

Abstrac

More than half a century of discussion after the publication of Gettier's article, we find in the literature several positions on the issue around the definition of knowledge. While on one hand negative approaches to the possibility of defining propositional knowledge show up increasingly attractive, given the failure of the proposed solution to the problem, on the other we find in alternative projects a way to maintain optimism front the challenges of this task. In this scenario, this paper aims to discuss the proposal prepared by Rodrigues in the article "Uma solução não convencional para o problema de Gettier", offering a complementary explanation to it from the analogy with the distinction between process and product performed by Sundholm for the mathematical proof of concept.

Keywords

Knowledge; Gettier; Rodrigues; Meyer; Klein; Sundholm

Com a publicação do artigo "Is Justified True Belief Knowledge?" Gettier (1963) questionou a definição tradicional de conhecimento, atribuída à Platão, bem como as versões até então existentes derivadas daquela. Essa definição predizia que o conhecimento possui três condições necessárias e suficientes: a crença em uma proposição p , a verdade da proposição p e a justificação para p (doravante CVJ). Em seu artigo, Gettier (1963) apresentou casos onde esses critérios são satisfeitos e ainda assim não conseguimos dizer que o sujeito em questão sabe que p . A partir desse momento histórica, reconhecida a insuficiência da definição CVJ, surgiram diversas tentativas de responder ao problema. Entre projetos que buscavam oferecer modificações àquela definição e tentativas de oferecer outras, temos mais de meio século de discussão, onde sempre que surgiu uma definição, encontrou-se também um contraexemplo à ela.

Recentemente, encontramos outros tipos de abordagem para o problema. No artigo "Uma solução não convencional para o problema de Gettier", Rodrigues (2012) propõe a hipótese de que o conceito de conhecimento é quantitativamente único, mas constituído por várias 'faces', em função das diversas abordagens válidas existentes. A definição oferecida por Rodrigues utiliza uma incógnita, onde "conhecimento é $CV+x$ " (p. 47), sendo "CV" duas constantes para as tradicionais exigências de crença e verdade e "x" uma incógnita

para o tipo de garantia epistêmica requerida de acordo com as circunstâncias nas quais as diversas análises válidas do conceito de conhecimento estão inseridas.

Rodrigues (2012) oferece uma solução alternativa ao problema de Gettier, contudo ele mesmo reconhece que sua proposta possui uma fraqueza, qual seja, a definição apresentada é *ad hoc*. Nesse sentido, o presente artigo possui por objetivo colaborar com esta discussão a partir da distinção sobre a dicotomia processo/produto em torno do conceito de “prova” realizada em filosofia das ciências formais. Para tanto, o texto que segue está dividido em três seções. Na primeira, reconstruímos brevemente alguns dos aspectos mais importantes em torno da história do problema. Na segunda, apresentamos a solução não convencional de Rodrigues. Por fim, na terceira seção, exploramos a solução de Rodrigues em analogia com as considerações realizadas em filosofia das ciências formais sobre a dicotomia processo/produto.

Uma topologia das posições

A definição tradicional de conhecimento prevê que um sujeito qualquer, estará em posse de conhecimento de uma proposição qualquer p , quando o sujeito crê em p , p é verdadeira e o sujeito possui uma justificação para p (conhecimento = CVJ). No já clássico artigo “Is Justified True Belief Knowledge”, Gettier (1963) ofereceu contraexemplos às condições, mostrando que elas são insuficientes para dizermos que alguém possui conhecimento naqueles casos. Conforme argumenta Meyer (2013) os contraexemplos de Gettier (1963) atacam diretamente a noção de justificação, mostrando que podemos estar justificados sobre uma proposição que é verdadeira mas não termos mérito algum sobre a maneira como essa verdade é atingida.

A partir disso, as prováveis três páginas mais famosas da filosofia contemporânea foram incessantemente citadas e estudadas, originando uma diversidade de abordagens sobre o problema do conhecimento. Se por um lado encontramos tentativas de respostas positivas ao problema em torno de uma definição do conhecimento, por outro as afirmações de que qualquer tentativa de definir o conhecimento fracassará são corroboradas a cada novo fracasso daquelas. As respostas positivas, ou otimistas, buscam mostrar que é possível oferecer uma definição para o conceito de conhecimento proposicional, enquanto que as abordagens negativas¹, ou pessimistas, afirmam a impossibilidade desse projeto. Além

I - Não exploraremos nesse artigo os diversos tipos de respostas negativas para o problema. Cabe notar que assim como ocorre com as respostas otimistas, existe uma pluralidade de abordagens pessimistas, desde as céticas até as que negam apenas a possibilidade de uma definição de conhecimento proposicional, mas afirmam que é possível definir o que é conhecimento a partir de habilidades, atitudes ou virtudes. Um exemplo de abor-

dessas, cabe salientar também alguns debates paralelos, por exemplo, como a definição tradicional foi atribuída a Platão, discutiu-se se, de fato, Platão havia oferecido uma definição. Para esse caso, a tese mais aceita hoje é de que Platão não se compromete com uma definição, ressaltando a aporia final no diálogo “Teeteto”, onde supostamente Platão teria definido conhecimento como CVJ.

Observando a pluralidade das abordagens otimistas para com o problema levantado por Gettier, Rodrigues (2012) oferece uma tipologia das mesmas, distinguindo entre cinco tipos de posições frente ao problema. A partir dessa distinção, elencamos quatro² tipos de abordagens de modo semelhante ao realizado por Rodrigues (2012):

- a) As posições que buscam refutar a força dos casos Gettier, recusando o alcance dos contraexemplos.
- b) As posições que negam a necessidade da justificação, eliminando o problema de Gettier na medida em que se entende que esse ataca essa condição.
- c) As posições que buscam modificar o conceito de conhecimento, a fim de incluir os casos Gettier como casos de conhecimento ou mostrar que conhecimento é CVJ mas em um sentido moderado.
- d) As posições que buscam modificar a definição, acrescentando uma quarta condição ou trocando a condição de justificação por outra.

As posições de tipo (a), segundo Rodrigues (2012) foram amplamente refutadas. Meyer (2013) afirma ainda que o momento imediatamente posterior a publicação do artigo de Gettier foi marcado por tentativas de detectar falhas nos contraexemplos, apresentando como exemplo a crítica de Armstrong (1973), que questionava o princípio de fechamento. Já Rodrigues (2012) apresenta Pailthorp (1969) como expoente desse tipo de posição. Embora esses ataques não tenham obtido sucesso, a literatura ofereceu ainda casos onde não estava em jogo o princípio de fechamento, aos quais se atribuiu a nomenclatura casos ou exemplos tipo-Gettier. Nesse sentido, os defensores de (a) necessitariam refutar dois tipos de falibilidade da justificação, a possibilidade de termos crença verdadeira justificada por uma crença falsa (no caso do princípio de fechamento) e a possibilidade de termos crença verdadeira justificada por uma crença verdadeira, mas que seria falsa não fosse um

dagem para esse último caso é a tese de Williamson (2000) de que conhecimento é uma atitude factiva, um estado mental.
2 - Sintetizamos as descrições da quarta e da quinta posição elaboradas por Rodrigues na posição (d).

acidente, ou seja, que é independente daquela justificação.

As posições de tipo (b) enfrentam ainda mais problemas, principalmente com relação às nossas intuições gerais sobre o que é conhecimento, como por exemplo, de que conhecimento demanda mérito ou não pode ser fruto de um acidente. As posições de tipo (c) trabalham com a noção de conhecimento falível. Aqui já não se trata simplesmente da suficiência das condições, mas antes dos limites entre aquilo que consideramos conhecimento e o que consideramos ignorância. Conforme a história nos mostrou, a força dos contraexemplos reside em mostrar uma situação onde nossas intuições sobre aquilo que é o conhecimento não condizem com aquilo que o sujeito possui. Conforme argumenta Rodrigues (2012), assumir que os casos Gettier e tipo-Gettier constituem casos de conhecimento falível, é assumir que em alguma medida eles constituem casos de conhecimento. Ora, em tais casos ocorrem falhas epistêmicas relevantes; pensar que mesmo com elas possuímos conhecimento resulta em complicações sérias para a maneira como compreendemos intuitivamente o que é a ignorância.

As posições de tipo (d) constituem maior número de teorias do que as anteriores. De modo breve, as principais posições do tipo (d) recorrem a uma definição como ‘conhecimento é CVJ+x’ onde ‘x’ é uma incógnita que designa uma condição que deve ser adicionada à definição e que supostamente resolveria o problema de Gettier. Dentre as formas que obtiveram maior sucesso na literatura recente, temos as teorias conhecidas como ‘anulabilistas’, onde a incógnita constitui uma cláusula de anulação da justificação.

A ideia de se adicionar uma cláusula de anulação da justificação soa interessante na medida em que um dos elementos centrais dos contraexemplos de Gettier e tipo-Gettier é o apelo à accidentalidade envolvida na situação, ou seja, o fato de que o sujeito possui crença verdadeira e justificada mas só alcança a verdade da crença através de um acidente. Nesse sentido, tal cláusula cumpriria a função de eliminar um possível acaso entre o fato de o indivíduo crer em p e o fato de p ser verdadeira.

Dentre as teorias anulabilistas mais conhecidas, a proposta de Klein (1981) se destaca por não possuir pressupostos fundacionistas ou coerentistas, sendo ofertada apenas uma definição formal de conhecimento com diretrizes rigorosas para a anulação da justificação. A definição de Klein (1981, p. 150) modifica a CVJ de modo a introduzir no lugar da condição C a condição ‘S está certo de que p sobre a base de uma proposição e’ que será vinculada com a cláusula J, que prevê ‘e justifica p para S’ e, por fim, adiciona a condição anulabilista de que ‘todo anulador inicial da justificação de p por e para S é um anulador ilegítimo’. Mesmo que tal proposta tenha por objetivo primordial oferecer uma resposta ao ceticismo de primeira ordem, a mesma obtém sucesso frente a alguns casos de tipo-Gettier.

Não por acaso, Meyer (2013) encerra a apresentação da teoria de Klein em seu livro mostrando que essa foi capaz de lidar com inúmeras variações de casos tipo-Gettier. Ocorre que, nos casos analisados por Meyer (2013), a condição anulabilista obtém sucesso frente aos exemplos, pois os mesmos utilizam um anulador inicial legítimo da justificação, nos termos de Klein. Ainda assim, Meyer (2013) argumenta que isso não garante o sucesso da definição frente a todos os casos conhecidos ou aos que ainda podem surgir.

Tal como esperado por Meyer, encontramos na literatura contraexemplos à bem elaborada teoria de Klein. Valcarenghi (2010) discute a teoria proposta por Klein e oferta exemplos onde não podemos dizer que um indivíduo sabe que p , mesmo estando ele justificado e não existindo um anulador inicial ilegítimo, cumprindo assim todas as exigências da definição de Klein³. A estratégia de Valcarenghi (2010) consiste em contornar uma das condições de Klein para que um anulador inicial seja um anulador legítimo, qual seja, a de que a conjunção entre o anulador inicial e a proposição justificadora e , tornaria a crença p injustificada para o indivíduo. No caso analisado, tal conjunção teria apenas um efeito psicológico, no sentido de tornar p menos provável, mas não injustificada.

Há ainda teorias na posição (d) que não buscam adicionar uma cláusula à definição CVJ mas trocar a justificação por uma condição mais apropriada, tais como as teorias causais do conhecimento. Contudo, elas obedecem ao mesmo princípio norteador apresentado anteriormente, o objetivo de eliminar a accidentalidade presente nos casos tipo-Gettier. Segundo Rodrigues (2012), tais condições ganharam a nomenclatura condições antiacaso epistêmico, e mais recentemente de condições de segurança epistêmica. Valcarenghi (2010) se refere à ela por ‘tese da não accidentalidade’. Por uma nomenclatura ou por outra, a ideia fundamental retoma nossa intuição comum de que conhecimento não é um golpe de sorte.

Dadas essas quatro tipologias de posições otimistas frente ao problema de Gettier, o resultado já bem conhecido é o de que não há, até então, nenhuma teoria que forneça adequadamente uma definição que sobreviva a contraexemplos. Obviamente, o fracasso seguido das diversas tentativas de definir o que é conhecimento abre margem para o forte desenvolvimento das posições pessimistas sobre a possibilidade dessa tarefa. Ora, não é por acaso que mesmo sem apresentar um contraexemplo de sucesso à definição de Klein, Meyer (2013) supõe que não há garantias de que essa seja irrefutável e afirma que “não temos, de fato, um vencedor nesta disputa” (2013, p. 174). Antes de uma suposição ingênua, tal afirmação está alicerçada na ideia de que não é possível apresentar uma análise do conceito do conhecimento imune a contraexemplos, tal como é argumentado, por exemplo, por Zagzebski (1993), expoente de uma das principais teorias alternativas às definições de conhecimento proposicional.

3 - Já em 2008, Mooneyam também sinalizava um tipo de contraexemplo capaz de atacar esse ponto na teoria de Klein.

Mesmo com esse cenário adverso, Rodrigues (2012) sustenta que é possível continuar a buscar uma alternativa otimista, ou seja, uma solução positiva para o problema posto por Gettier. Contudo, essa alternativa não passa mais pela tentativa de mostrar que alguma teoria existente sobrevive aos contraexemplos sugeridos a ela, nem por formular uma nova definição na esperança de que essa sobreviva futuramente aos contraexemplos. Antes, trata-se de observar aquilo que é comum na maioria das posições que pereceram frente aos contraexemplos e buscar compreender por qual razão sempre houve um contraexemplo.

A solução não convencional de Rodrigues

Como já afirmamos, existe um cenário de posturas que alegam que é impossível oferecer uma análise do conceito de conhecimento que não esbarre em um contra exemplo. Zagzebski (1993), em “The Inescapability of Gettier Problems”, argumenta que toda tentativa está fadada ao fracasso na medida em que não é possível vincular a crença de p com a verdade de p utilizando uma terceira ou quarta condição, dado que essas condições sempre deixarão a possibilidade lógica da crença ser falsa. Nesse sentido, Zagzebski (1993, p. 73) afirma que qualquer definição tentará colocar o sujeito na melhor posição possível para obter a verdade, contudo, a melhor posição possível ainda assim é falível, imperfeita, tal como a vida humana. Em “Whats is Knowledge?”, Zagzebski (1999) apresenta requisitos para uma definição de conhecimento, como dizer respeito a um só conceito, não ser ad hoc, não ser negativa, ser breve e precisa, ser informativa, entre outras.

Nota-se, contudo, que o fracasso das definições perante a possibilidade de um contra exemplo não deriva primordialmente de uma possibilidade lógica. Mesmo que ela sempre exista, a alegação historicamente mais comum realizada por um contra exemplo não apela à essa possibilidade, mas antes as nossas intuições sobre o que é o conhecimento e se a partir delas nós entenderíamos que os indivíduos retratados nos casos o possuem. Como exemplo, podemos visualizar tal exigência na afirmação de Meyer de que “esta nova definição deve satisfazer nossas intuições acerca do conhecimento e deve prever o que não deve ocorrer, externamente ao sujeito conhecedor” (2013, p. 30).

Por um lado, o recurso à nossa intuição comum sobre o que é conhecimento mostrou casos onde condições não são suficientes. Por outro, ela é a origem das variadas condições presentes nas diversas teorias de tipo (d), como por exemplo a já mencionada ideia de que conhecimento exige mérito pessoal e não pode ser fruto de um acidente, utilizada por Valcarenghi através da condicional “se um indivíduo S sabe que p , então S crê que p , p é verdadeira e não há

acidentalidade envolvendo o fato da crença-p de S e o fato-p” (2010, p. 175).

Nesse sentido, Rodrigues (2012) questiona por qual motivo “estamos dispostos a aceitar que algumas análises falsificadas (...) dão intuitivamente conta do que é necessário e suficiente para alguém saber que p em determinadas circunstâncias, mas não noutras” (p. 40). Segundo ele, as teorias negativas não conseguem explicar esse fenômeno. Dito de outro modo, se as nossas intuições são tão importantes para a validade de um contraexemplo em uma situação, por que elas devem ser negligenciadas nos casos em que não há um contraexemplo, como nos casos de sucesso que Meyer (2013) apresentou sobre a teoria de Klein?

A partir dessas considerações, encontramos em Rodrigues (2012, p. 40) uma abordagem não convencional para solucionar o problema das definições do conhecimento. Diante das múltiplas análises do conhecimento, o autor coloca quatro hipóteses fundamentais para a discussão:

(H1) Não existe um conceito de conhecimento, portanto não faz sentido executar uma análise do mesmo;

(H2) Há um único conceito de conhecimento, o qual poderá ser explorado corretamente por uma análise;

(H3) Há um único conceito de conhecimento, o qual poderá ser explorado corretamente por várias análises;

(H4) Há variados conceitos de conhecimento, cada qual suscetível de ser analisado isoladamente.⁴

O autor reconhece que nenhuma definição isolada poderia lidar com todas as nossas intuições sobre o que é o conhecimento, pois “haverá sempre uma parte do espaço conceitual delimitado pelas nossas intuições gerais que não é abrangida pelo espaço conceitual coberto pelo conjunto de condições no analisans de uma qualquer análise” (Rodrigues 2012, p. 41). Contudo, (H3) e (H2) não são incompatíveis, como também é a partir de sua união que encontramos a possibilidade de lidar satisfatoriamente com o problema derivado de Gettier. Isso é possível na medida em que assumimos que o conceito de conhecimento pode

⁴ - Obviamente poderíamos ter mais hipóteses como as descritas acima, dada a possibilidade lógica delas. Contudo, não trabalharemos com elas por estarmos buscando apenas alternativas positivas ao problema, ao mesmo tempo em que o intuito principal é explorar a posição de Rodrigues (2012).

ser quantitativamente único, sem implicar que seu campo extensional deva ser rígido. Para a melhor compreensão do que isso significa, Rodrigues (2012) apresenta algumas analogias. Em primeiro lugar, o conceito de conhecimento poderia ser imaginado como uma bolha, que é numericamente única, mas que tem em seus limites a possibilidade de alargamento ou retração. Assim, o conceito de conhecimento defendido pelo autor é extensionalmente variável, e tal flexibilidade é derivada do espaço conceitual provocado e recheado pelas diversas análises válidas presentes na literatura.

Tendo em mente essa possibilidade, é requerido mostrar como diversas análises do conhecimento podem coexistir sob um mesmo critério de validade. Rodrigues (2012, p. 43) pensa que quanto à quantidade de análises, para a possibilidade de mais de uma delas ser requerida fazer sentido, o conhecimento pode ser entendido como uma performance do sujeito. Nesse sentido, tal como atividades físicas são influenciadas por condições materiais que determinam condições para sua prática, as condições para o conhecimento podem variar de acordo com a situação. Dada essa possibilidade, quanto a forma e a qualidade das análises, Rodrigues (2012) afirma que uma definição assim deverá ter uma variável, sendo formalizada como “ $CV+x$ ” onde “ CV ” são constantes representativas das exigências tradicionais de crença e verdade, e “ x ” é uma variável que designa um tipo de garantia epistêmica. Tal fórmula faz sentido na medida em que se “conhecimento = $CV + x$ ” então “conhecimento - $x = CV$ ”, sendo a variável a representação daquilo que compete a alguém a diferença entre crença verdadeira e conhecimento. Esta competência é assimilada pelo autor como uma “garantia epistêmica”, elemento derivado das várias análises válidas do conhecimento para diversos casos.

A partir dessa hipótese, Rodrigues (2012) afirma que essa parece ser a única solução possível para o problema de uma definição. De fato, faz sentido pensar que dada a impossibilidade de uma definição rígida trabalhar com todas as nossas intuições sobre o que é o conhecimento, a única maneira de ajustar isso é flexibilizar a extensão do conceito. Contudo, como o próprio autor reconhece, o valor da variável ‘ x ’ na definição, o tipo de garantia epistêmica na definição, dependerá das situações, das circunstâncias materiais. Contra isso, Zagzebski (1999) já havia previsto que uma definição de conhecimento não poderia ser *ad hoc*, não deveria responder e depender de uma finalidade frente a uma situação.

Uma contribuição de outra área: a dicotomia processo/produto das provas formais

O grande ganho da definição de Rodrigues (2012) é acomodar a nossa intuição comum de que o conhecimento depende de várias condições necessárias. Contudo, ela fere a condição colocada por Zagzebski (1999) de que uma definição do conhecimento não deve ser ad hoc. Ao final, Rodrigues (2012) afirma que essa objeção, apesar de correta, não considera o trabalho epistemológico dos filósofos, sendo este um nível subalterno do conceito do conhecimento. Apesar do autor não nos fornecer claramente informações para considerarmos por qual motivo considerar o trabalho real dos filósofos é importante para o conceito de conhecimento, encontramos em uma área semelhante uma discussão que pode revelar elementos importantes para esse debate.

Em filosofia das ciências formais, mais precisamente na discussão sobre o conceito de prova de um teorema, após os escritos de Frege e Hilbert assumiu-se uma concepção de prova formal rigorosa e restrita. Recentemente essa concepção vem sendo repensada. No cerne do debate em torno dessa noção, surgiram diversas abordagens interessantes, tais como a reivindicação da legitimidade de diagramas como ferramentas de representação simbólica na prova de um teorema, e como as abordagens de Chateaubriand (2005) e Sundholm (1993), que analisam diferentes aspectos teóricos e práticos das provas matemáticas. Acreditamos que essas últimas podem revelar algo fundamental para a discussão realizada até aqui.

Sundholm (1993) distingue entre três formas do conceito de prova: prova como atos, provas como traços e provas como objetos. Conforme argumenta Secco (2013), a principal vantagem dessa distinção é eliminar as ilusões causadas pela dicotomia processo/produto envolvendo a prática de prova em matemática. Uma prova enquanto objeto é o resultado do processo de prova de um teorema, ou seja, uma prova como objeto é o teorema provado, o produto do processo de prova. Essa noção responde ao conceito padrão de prova como sequência encadeada e finita, de axiomas ou de proposições derivadas dos axiomas através de regras de inferência. Essa é a concepção standard de prova matemática. Porém, Sundholm (1993) mostra que esse conceito não abarca todas os elementos presentes em uma prova matemática.

Prosseguindo na distinção, Sundholm (1993) afirma que há uma dimensão das provas enquanto atos, constituída por aqueles elementos performativos envolvidos no processo de prova, tal como os atos de fala performativos frente a um auditório. Essa parte do conceito de prova constitui o elemento que permite explorar diretamente um aspecto relativo nas provas matemáticas, dado que esses atos dependem dos objetivos da realização da prova, do público diante do qual se executa, ou mesmo das habilidades práticas e cognitivas de quem a executa. Por fim, há uma terceira dimensão em torno do conceito, as provas tidas como traços, como o conjunto de instruções necessárias que alguém necessita utilizar para manipular o processo de prova de um teorema.

A partir dessa distinção pensamos em três dimensões constituintes do que é uma prova matemática. Em primeiro lugar, o resultado do processo de prova, a prova como objeto. Em segundo lugar, o ato performático de executar o processo de prova, a prova como ato. Por fim, as instruções que dirigem o processo de provar algo, a prova como traço. Essa última nos chama mais a atenção, dado que as instruções necessárias para alguém realizar um procedimento de prova de um teorema são objetivas por um lado, mas relativas por outro. Ora, são objetivas na medida em que prescrevem objetivamente os passos e os resultados que esses devem alcançar, contudo a exigência delas é subjetiva na medida em que explicitar instruções sobre as operações a serem realizadas dependerá do domínio e do conhecimento do grupo de pessoas que vai realizar a prova (ou diante do qual ela é apresentada).

Supomos que possamos fazer uma distinção análoga à essa com o conceito de conhecimento, teríamos que a definição de conhecimento é o produto de um processo. Assim, a definição do tipo “S sabe que p sse...” - que analogamente é a concepção standard de uma definição de conhecimento - constitui o conceito de conhecimento como objeto. Por outro lado, teríamos que considerar não apenas essa definição, mas também os elementos envolvidos no processo do qual ela resulta. Assim, o conhecimento como ato - por analogia com a prova como ato - constitui os elementos do processo realizado pelo sujeito epistêmico, tal como o fato dele pensar algo de uma determinada maneira ou de realizar uma inferência em um determinado momento e não noutro. Por fim, teríamos o conhecimento como traço, que envolveriam as instruções que alguém deve seguir no processo para chegar ao produto. Tais instruções, de modo análogo ao que acontece com as provas matemáticas, variam das informações mais básicas até algumas mais complexas de acordo com a exigência do sujeito e da situação, como por exemplo, um sujeito poderia necessitar das diretrizes para operar uma inferência válida, enquanto outro sujeito que saiba inferir validamente, não necessitaria.

Se essa distinção faz sentido, podemos dizer que a exigência de que a definição não pode ser ad hoc, tal como afirma Zagzebski, apesar de acertada, se dirige apenas ao conhecimento no sentido de objeto, ou seja, ao conhecimento como produto, à definição ideal de “S sabe que p sse...”.

Contudo, a definição elaborada por Rodrigues não trabalha apenas com o conhecimento enquanto objeto, antes se dirige aos processos envolvidos, ou seja aos atos e aos traços, que levam alguém a saber que p. A evidência que temos para isso é dupla. Em primeiro lugar, a analogia entre as condições das performances práticas com as condições do conhecimento como resultado de uma performance, que foi necessária para considerar possível administrar várias análises do conhecimento, parece supor exatamente a ideia de que o conhecimento é

o produto de uma realização. Em segundo lugar, parece-nos claro que o autor trabalha com elementos não sobre a definição de conhecimento, mas sobre os processos utilizados para chegar até ela, na medida em que questiona a correção da exigência de que uma definição não deve ser ad hoc mesmo quando se considera as práticas que os filósofos realizam na tarefa de elucidar a noção de conhecimento.

No entanto, apesar de Rodrigues (2012) afirmar que as condições necessárias e suficientes variam de acordo com essas performances, ele aloca esse elemento relativo ao processo em uma definição daquilo que seria o produto. Por esse motivo, a definição se torna ad hoc. Mas será possível distinguir claramente entre a dicotomia processo/produto envolvendo o conhecimento a ponto de fornecer uma definição para ambos capaz de lidar ao mesmo tempo com o rigor intensional e a flexibilidade extensional necessários?

De modo semelhante ao que Sundholm (1993) realiza, Chateaubriand (2005) oferece a distinção entre proofs e proofings. As primeiras dizem respeito as condições das representações formais das provas, tal como trabalhadas em Teoria das Prova. As segundas, aos fenômenos efetivos do processo de provar um teorema, tal como os elementos observados nas práticas matemáticas. De modo análogo à essa distinção, podemos pensar o conhecimento a partir de duas dimensões de uma mesma instância. Por um lado, o conhecimento de uma proposição envolve condições ideais derivadas das nossas intuições sobre a natureza do conhecimento. Por outro, o conhecimento de uma proposição requer fenômenos efetivos do processo de obtenção de conhecimento. Com essa última dimensão, torna-se claro que o processo terá de responder as circunstâncias materiais e temporais na qual o indivíduo se encontra, tal como mostrado pela solução de Rodrigues (2012)⁵.

Como argumentado, as diversas definições do conceito de conhecimento presentes na literatura são diretamente determinadas pelas intuições sobre aquilo que é o conhecimento. Nesse viés, faz sentido pensar em partes de um mesmo conceito, tal como àquelas advindas da distinção entre atos, objetos e traços.

A partir das elucidações apresentadas até aqui, pensamos ser possível apresentar as seguintes definições:

⁵ - Essa mesma dicotomia também pode ser utilizada para interpretar Platão, onde coexiste a teoria das formas, das ideias com a suposta definição de conhecimento como CVJ, presente no diálogo “Teeteto”. Como afirma Silva (2010) em “Episteme e Logos no Teeteto de Platão” o diálogo em questão termina em uma aporia, de modo com que Platão não se comprometa com uma definição. Se adicionarmos a isso a ideia presente no diálogo “O Banquete” de que o filósofo é aquele que busca o conhecimento por amá-lo, sendo o amor entendido exatamente como uma busca somente daquilo do que não possuímos, temos essa dupla face do conhecimento, onde por um lado é ideal e infalível, derivado da teoria das formas, mas por outro dependente de um processo de busca, derivado da atitude do filósofo. Assim, é possível pensar as considerações platônicas a partir da mesma distinção, onde o contato com a ideia, com a forma, constitui o conhecimento como objeto, a atitude de busca como o processo e as considerações do diálogo como um exemplo desse, uma performance que aproxima o sujeito da posse do conhecimento.

(Θ) Conhecimento como produto (objeto): o fato de S saber que p

($\Theta 1$) A crença de S em p e a verdade de p não estão conectadas por um mero acidente.

(Φ) Conhecimento como processo (traços e atos): o caminho que S precisa percorrer para saber que p.

($\Phi 1$) É definida como “CV+x”, tal como pensou Rodrigues (2012).

Obviamente é possível que alguém venha a mostrar que (Φ) não leve necessariamente à (Θ), de modo com que o processo não garanta o produto. Como ($\Phi 1$) tem uma incógnita (a ideia de garantia epistêmica, que depende das circunstâncias), pode haver uma circunstância na qual simplesmente não possamos saber que p, onde não seja possível termos uma garantia. Contudo, isso não elimina a efetividade do processo para outros casos.

Por fim, cabe notar que ao trabalhar o conceito de conhecimento através de suas dimensões constitutivas, o mesmo permanece intensionalmente único, mas extensionalmente volátil por referência às variáveis no processo, do mesmo modo como pensou Rodrigues (2012). Ao mesmo tempo, tal distinção acomoda todas as principais intuições que a literatura apresentou sobre o que é conhecimento. Pensar na parte do conceito de conhecimento como objeto acomoda as intuições de que o conhecimento é em alguma medida infalível, o *summum bonnum* e não um mero acidente. O conhecimento como traço acomoda as intuições de que a justificação depende das circunstâncias. Por último, conhecimento como ato acomoda a parte relativa das subjetividades performáticas presentes nas situações de obtenção de conhecimento. Ademais, estes dois últimos acomodam também, *prima facie*, uma dimensão para as intuições de que o conhecimento compõe uma série de práticas, habilidades ou atitudes guiadas indiretamente por virtudes, por exemplo como Zagzebski (1999) reivindica, permitindo explorar a interação das habilidades práticas com a formação de conhecimento proposicional.

Referências

CHATEAUBRIAND, O. 2005. *Logical Forms Part II – Logic, Language, and Knowledge*.

Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência.

GETTIER, E. 1963. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, v. 23, p. 121-123.

MEYER, A. 2013. Conhecimento e Justificação: problemas de epistemologia contemporânea. Pelotas: NPFil online.

KLEIN, P. 1971. A Proposed Definition of Propositional Knowledge. *The Journal of Philosophy*, 68.16, p. 471-482. _____ . 1981. *Certainty: a refutation of skepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

PAILTHORP, C. 1961. Knowledge as justified, true belief. *The Review of Metaphysics*, n. 23, p. 25-47.

PLATÃO. 1999. *O Banquete ou do amor*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. _____. 1973. *Teeteto*. Pará: Ed. Universidade do Pará.

RODRIGUES, E. 2012. Uma Solução não Convencional para o Problema de Gettier. *Veritas*, v. 57, n. 2, maio/ago, p. 26-50.

SECCO, G. 2013. Conocimiento Simbólico en la Prueba del Teorema de los Cuatro Colores. In.: ESQUISABEL, O; SAUTTER, F (eds). *Conocimiento simbólico y conocimiento gráfico: história y teoría*. Buenos Aires.

SILVA, J. 2010. Episteme e Logos no Teeteto de Platão. In: SARTORI, C; GALLINA, A. (Org.). *Ensaio de epistemologia contemporânea*. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 139-154.

SUNDHOLM, G. 1993. *Questions of Proof*. Manuscrito, XVI (2), p. 47-70

VALCAREGHI, E. 2010. Os Anulabilismos de Klein e de Swain e o problema de Gettier. *Principia*, v. 14, n 2, p. 175-200.

WILLIAMSON, T. 2000. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University press.

ZAGZEBSKI, L. 1999. What is Knowledge? In: GRECO, J; SOSA, E (eds). *The Blackwell guide to epistemology*. Malden, MA: Blackwell, p. 92-116. _____. 1993. The Inescapability of Gettier Problems. *Philosophical Quarterly*, v. 44, n. 174, jan. p. 65-73.